



PRÁTICAS DE INTERVENÇÃO EM SAÚDE MENTAL NA INFÂNCIA

Marina Aparecida Luiz de Freitas¹; Jhainieiry Cordeiro Famelli Ferret²

RESUMO: A saúde mental de crianças e de adolescentes tornou-se uma questão prioritária nas diretrizes da Organização Mundial de Saúde, em função da desigualdade da atenção dedicada a esta faixa etária, quando comparada à atenção dedicada aos adultos e idosos. No Brasil, uma grande parte da população infantil vive em condições adversas e exposta a situações prejudiciais à saúde mental; assim, é grande o risco de desenvolverem transtornos psiquiátricos, favorecendo o fracasso escolar e o comprometimento dos relacionamentos interpessoais. Para tanto, o presente estudo tem como objetivo averiguar a atual situação da atenção voltada à saúde mental infantil no Brasil, identificar os possíveis fatores de risco que corroboram ao surgimento ou agravamento do adoecimento psicológico, bem como caracterizar as atuais práticas psicológicas utilizadas como intervenção na saúde mental infantil. Como metodologia, estabeleceu-se a revisão de literatura em livros atualizados, artigos científicos, dissertações e teses. Os materiais pesquisados acerca da temática central – saúde mental na infância – foram, posteriormente, separados quanto aos fatores de risco para os problemas de saúde mental e quanto às atuais práticas de intervenção encontradas. Os resultados evidenciam a necessidade de maior quantidade de estudos que contemplem o tema da saúde mental infantil e que ofereçam um panorama da produção científica existente, sobretudo no que tange às práticas de intervenção.

PALAVRAS-CHAVE: Crianças; práticas de intervenção; saúde mental

1 INTRODUÇÃO

Falar em saúde mental significa falar de uma grande área de conhecimento e de ações que se caracterizam por seu caráter amplamente inter e transdisciplinar e intersetorial. Vários saberes se entrecruzam em torno do campo da saúde mental: medicina, psicologia, filosofia, sociologia, entre outros (LANCETTI & AMARANTE, 2012).

A saúde mental de crianças e de adolescentes tornou-se uma questão prioritária nas diretrizes da Organização Mundial de Saúde, em função da desigualdade da atenção dedicada a esta faixa etária, quando comparada à atenção dedicada às etapas de desenvolvimento do adulto e idoso. A falta de reconhecimento da importância da saúde mental na infância e adolescência pode acarretar consequências negativas no transcurso do desenvolvimento, afetando a capacidade produtiva e a inserção social desses indivíduos quando adultos (RAMIRES, 2009).

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu Art. 7º, “a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e

¹ Acadêmica do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Cesumar – UNICESUMAR, Maringá – Paraná. Bolsista do Programa de Bolsas de Iniciação Científica do Cesumar (PROBIC). mafreitas76@yahoo.com.br

² Orientadora e docente do curso de Psicologia do Centro Universitário do Cesumar – UNICESUMAR, Maringá – Paraná. jhainieiry@cesumar.br

harmonioso, em condições dignas de existência”. (ISHIDA, 2009). No entanto, em relação aos problemas mentais infantis, estima-se que 10% a 20% das crianças no mundo apresentem um transtorno psiquiátrico, o que o coloca entre as cinco principais causas de doença em crianças acima de cinco anos de idade. (ASSIS; AVANCI & OLIVEIRA, 2009)

No Brasil, uma grande parte da população infantil vive em condições adversas e exposta a situações prejudiciais à saúde mental. Assim, é grande o risco de desenvolverem transtornos psiquiátricos, favorecendo o fracasso escolar e o comprometimento dos relacionamentos interpessoais.

Diante do exposto, o estudo sobre tal problemática justifica-se pela necessidade de se conhecer melhor o panorama atual da atenção à saúde mental infantil, com o propósito de identificar os fatores de risco que corroboram para os problemas de saúde mental e as atuais práticas de intervenção utilizadas em benefício à saúde mental da criança.

Considera-se, portanto, que um estudo dessa natureza poderá contribuir como referência a estudantes e aos mais diversificados profissionais da saúde, bem como a familiares de crianças que precisam de intervenção junto à saúde mental.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Foram utilizados para este trabalho livros, artigos científicos, dissertações e teses, mais especificamente datados entre 2008 e 2012. Os materiais pesquisados acerca da temática central – saúde mental na infância – foram, posteriormente, separados quanto aos fatores de risco para os problemas de saúde mental e quanto às atuais práticas de intervenção encontradas. Finalmente, os dados obtidos foram estendidos em forma dissertativa para melhor identificação dos resultados pretendidos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo relatório da Organização Mundial de Saúde, apresentado durante a Terceira Conferência Nacional de Saúde, 30% dos países não têm políticas de saúde mental e 90% não têm políticas de saúde mental que incluam crianças e adolescentes. No Brasil, o Ministério da Saúde não preconiza ações de Psicologia na atenção básica e também não tem uma proposta para saúde mental das crianças e adolescentes, exceto para transtornos mentais graves, através da implantação dos Centros de Atenção Psicossocial para a Infância e Adolescência (CAPSi) (Ministério da Saúde, 2005).

No Brasil, grande parte da população de crianças e adolescentes vive em condições adversas e expostos a muitas situações de estresse, o que aumenta o risco de desenvolverem problemas de saúde mental. Alguns estudos discutem os fatores de risco para os problemas de saúde mental na infância que incluem os fatores biológicos (anormalidades biológicas do sistema nervoso central causadas por lesões, infecções, desnutrição ou exposição à toxinas), os genéticos (história familiar de depressão, por exemplo), os psicossociais (disfunções na vida familiar, discórdia conjugal grave, psicopatologia materna, criminalidade paterna, falta de laços afetivos entre pais e filhos), os eventos de vida estressantes (morte ou separação dos pais) e a exposição aos maus-tratos (negligência, abuso físico, psicológico ou sexual) (BENETTI et all, 2009).

A promoção da saúde está fortemente associada ao controle dos fatores de risco e de proteção; faz-se, portanto, necessário, intervir precocemente na vida das crianças antes que os problemas se instalem e se tornem mais refratários. No entanto, práticas de

prevenção e de intervenção em saúde mental infantil não parece ser uma temática evidenciada nos artigos e dissertações ligados à saúde e infância.

Em contrapartida, temáticas que apontam maiores elementos de críticas e que evidenciam os problemas (e não soluções) sobre a saúde mental infantil, são as mais encontradas. Assim, foi possível encontrar uma ampla quantidade de trabalhos sobre os fatores de risco para os problemas de saúde mental na infância, sobre as desigualdades socioeconômicas e saúde mental infantil, infância e políticas públicas, autismo infantil, depressão infantil, considerações acerca da saúde mental no Brasil, dentre outros.

O problema, no entanto, é que pareceu-nos que o tema das práticas de intervenção em saúde mental na infância acaba sendo tocado tangencialmente, sem uma análise mais aprofundada, com raras exceções entre os artigos encontrados.

Constata-se uma carência importante de estudos dedicados à discussão e ao desenvolvimento de estratégias de prevenção, bem como no sentido da elaboração de práticas de intervenção para o enfrentamento de questões ligadas à saúde mental infantil.

Uma outra observação a ser apontada é o fato de que a maioria dos resumos identificados trata da infância e da adolescência ao mesmo tempo, sem contemplar as especificidades e particularidades da infância. Embora se trate de dois universos que se interligam, seria importante não deixar de lado a singularidade de cada um.

Alguns artigos, entretanto, merecem destaque acerca da discussão sobre práticas de intervenção em saúde mental infantil.

Um deles discorre sobre a contribuição do programa de Intervenção Precoce em Saúde Mental para bebês e crianças pequenas em risco psicossocial ou com transtorno do desenvolvimento, na Paraíba (MOREIRA & ARRUDA, 2011).

Outro artigo trata de uma intervenção de âmbito preventivo, designada “forçatarefa”, que atua com o objetivo de disciplinar e/ou controlar as condutas na infância e adolescência, em prol da saúde mental. A tática é infiltrar-se nas escolas e outros aparelhos de institucionalização de crianças, incluindo, claro, os serviços públicos de saúde, em uma tentativa de diagnosticar precocemente a população em risco de ser acometida por uma doença mental (LIMA & CAPONI, 2011).

Pôde-se também encontrar uma importante contribuição sobre a prática interventiva na depressão infantil e de adolescentes. O tratamento se baseia no enfoque biopsicossocial, o qual inclui terapia (individual, familiar ou em grupo), uso de medicamentos, avaliação e planejamento educacional, avaliação da colocação e treinamento de habilidades escolares (COLETA, 2012).

No artigo de Deakin e Nunes, 2008, as autoras explicam que a psicoterapia psicanalítica com crianças objetiva a resolução de sintomas, a modificação de comportamento, um certo grau de mudança estrutural da personalidade e o retorno da criança aos impulsos desenvolvimentais normais. As técnicas incluem a interpretação utilizada junto à verbalização, o esclarecimento e as mudanças manipulativas do comportamento, assim como uma experiência emocional corretiva de um novo objeto.

É possível observar uma escassez de pesquisas que avaliem a efetividade dos tratamentos psicanalíticos e métodos derivados com crianças. Na verdade, muitos profissionais da área não acreditam ser possível operacionalizar os conceitos psicanalíticos, pois consideram os processos subjetivos altamente complexos, aliados às limitações culturais e econômicas presentes. A ausência de resultados de pesquisa das terapias psicanalíticas com crianças pode ser creditada, também, ao distanciamento ainda presente nos institutos de formação dos departamentos de psiquiatria e psicologia das universidades e sua ênfase na transmissão da informação em detrimento da geração de conhecimentos (DEAKIN & NUNES, 2008).

4 CONCLUSÃO

Os resultados observados através desse estudo alertam para a necessidade de se refletir sobre o que tem sido construído em termos de políticas públicas para a saúde mental na infância e adolescência, em especial porque muitas das condições identificadas podem representar um risco para a saúde mental futura e um aumento na demanda, já crescente, de atendimento psicológico e/ou psiquiátrico para adultos.

Faz-se necessário que autoridades e profissionais da saúde voltem o olhar para os problemas de saúde mental da infância e adolescência, inclusive buscando a promoção de saúde e a prevenção de psicopatologias ainda na infância, pois estas demandam um prazo maior de tratamento.

Constata-se, portanto, a importância de diagnósticos adequados a respeito da situação da infância e da adolescência em cada município, que fundamentem, de modo apropriado, as ações e programas a serem implementados, e possibilitem o acompanhamento e avaliação dos mesmos. Fica evidente, também, a necessidade de estudos que contemplem o tema da saúde mental na infância e que ofereçam um panorama da produção científica existente, sobretudo acerca das práticas de intervenção.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Simone; AVANCI, Joviana; OLIVEIRA, Raquel V. Desigualdades socioeconômicas e saúde mental infantil. **Revista saúde pública**. Rio de Janeiro, v.43, p.92-100, 2009.

BENETTI, Sílvia P.C.; SILVA, Fernanda J.L.; FLORES, Gustavo G. Saúde mental de crianças no Brasil: uma revisão de literatura. **Interação em Psicologia**. Curitiba, v.13, n2, p.311-322, jul/dez. 2009.

COLETA, Greyce P.D. **A depressão em crianças e adolescentes e suas implicações na escola**. 2012. 66f. Monografia (Pós-graduação em Pedagogia). Universidade Estadual de Campinas, SP. 2012.

DEAKIN, Elisabeth K.; NUNES, Maria Lúcia. Investigação em psicoterapia com crianças: uma revisão. **Revista de psiquiatria do Rio Grande do Sul**. 30(1supl.) 2008.

ISHIDA, Valter Kenji. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Doutrina e Jurisprudência**. 10ª ed. SP: Atlas, 2009.

LANCETTI, Antônio & AMARANTE, Paulo. Saúde mental e saúde coletiva. In: CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa e colaboradores. **Tratado de saúde coletiva**. SP: Hucitec, 2012.

LIMA, Ana Cristina; CAPONI, Sandra N. A força tarefa da psiquiatria do desenvolvimento. **Physis Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.21, n4, p.1315-1330, 2011.

MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL. Portaria 1174/2005. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/legislacao_mental.pdf. 2005

MOREIRA, Karinny M.A.; ARRUDA, Ana A.A. Programa de Intervenção precoce em saúde mental sob a perspectiva psicanalítica e abordagem interdisciplinar. **Revista de Biologia e Farmácia**. ISSN 1983-4209, v.5, n1, p.119-129. 2011.

RAMIRES, Vera Regina R; PASSARINI, Daniele Simone; FLORES, Gustavo Gazzana & SANTOS, Larissa Goulart. **Fatores de risco e problemas de saúde mental de crianças**. Arq. Bras. Psic. V61, n2. Rio de Janeiro, agosto de 2009.

Anais Eletrônico

VIII EPCC – Encontro Internacional de Produção Científica Cesumar
UNICESUMAR – Centro Universitário Cesumar
Editora CESUMAR
Maringá – Paraná – Brasil